

mse

CORRETORES
E CONSULTORES
DE SEGUROS

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO : 2021

1 - Introdução

A MSE - CORRETORES E CONSULTORES DE SEGUROS S.A., com sede social em AVENIDA CONDE VALBOM N 1 A, com um capital social de 230.000,00 €, tem como atividade principal Atividades de mediadores de seguros. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2021.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da MSE - CORRETORES E CONSULTORES DE SEGUROS S.A., procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

A pandemia causada pelo COVID-19 fez mergulhar o mundo numa profunda crise social e económica. As sucessivas vagas de infeção e as restrições sanitárias fizeram de 2020 um período negro do ponto de vista dos mercados globais. O ano fechou com grandes incertezas em relação ao futuro, com a variante DELTA a surgir na reta final e a causar mais problemas para todos os países.

As soluções começaram a chegar em 2021 com o surgimento das vacinas contra o COVID-19. Estas novas armas de combate à pandemia permitiram um reabrir tímido de vários setores e atividades e o início do caminho de retoma económica. À medida que as taxas de vacinação foram aumentando, também os principais indicadores económicos foram melhorando. As perspetivas do futuro tornaram-se mais otimistas com a perceção crescente de que os piores cenários projetados para aos próximos 5 anos talvez não se viessem a realizar.

No entanto, nem tudo correu como idealizado, segundo os especialistas, um dos maiores legados da pandemia COVID-19 será o aumento das desigualdades económicas e sociais entre países e concidadãos que se fará sentir durante largos anos, facto que se veio agravar com a desigualdade de acessos às vacinas.

A nova varianteOMICRON, que fez disparar os casos de infeções, numa altura em que grande parte das populações já se encontrava vacinada veio obrigar ao recuo nas medidas de desconfinamento em diversos países, trazendo de volta uma incerteza, já familiar, com a que se fez sentir em 2020. Por fim, a recusa da vacinação, por parte de um número considerável de pessoas em diferentes países (ex. EUA), dificultou o combate a esta doença.

Em suma, 2021 fechou com fortes sinais de uma recuperação económica cuja expectativa inicial era que se iria manter em 2022. No entanto, a invasão russa da Ucrânia e a subsequente guerra, veio destabilizar os mercados internacionais, com as sanções à invasora Rússia a impactarem a vários níveis o abastecimento de matérias-primas na Europa e, em escala menor, nos EUA. Espera-se que a escalada dos preços no mercado energético venha a colocar uma pressão adicional nos preços dos bens, causando um agravamento da inflação esperada. Consequentemente, torna-se muito difícil prever o futuro dos mercados, bem como da crise humanitária já visível.

2.1. A Nível Internacional e Europeu

Mundo

O ano de 2021 fica marcado pela recuperação económica face à queda drástica registada em 2020. No entanto, esta recuperação veio acentuar as divergências entre os países mais desenvolvidos e as economias mais frágeis. O acesso desigual às vacinas e a capacidade económica das diversas regiões foram as grandes razões deste afastamento de realidades.

O primeiro indicador da recuperação económica de 2021 foi o crescimento da economia mundial, o FMI coloca este crescimento nos 5,9% ao fechar de 2021. No entanto, este valor é mais modesto do que a previsões inicialmente feitas a meio do ano. A revisão em baixa deve-se à disrupção das cadeias de fornecimento, que afetou maioritariamente as economias mais avançadas, e à evolução da pandemia e surgimento de novas variantes, que afetou todos, mas em especial as economias emergentes e em desenvolvimento.

No seguimento deste aumento, também o PIB dos países tendeu a aumentar. O gráfico abaixo ilustra a variação do PIB real, em %, das grandes regiões do mundo.

Após a queda, a nível mundial, de -4,3% registada em 2020 o FMI aponta um crescimento do PIB global de 4,8% em 2021. Como demonstrado no gráfico, todas as grandes regiões do mundo acompanharam esta tendência. Uma das razões para o crescimento da economia global e para a evolução do PIB foi o crescimento do comércio mundial. Segundo o FMI, o comércio aumentou 10% face ao ano anterior.

No entanto, as mesmas instituições que apontam estes dados alertam que muitos países, nomeadamente os que estão mais dependentes do setor do turismo, continuam a enfrentar mais dificuldades. Isto porque 2021 foi também marcado pelo domínio de novas variantes do vírus SARS-CoV 2, mais concretamente a variante Delta que dominou grande parte do ano, e a Ómicron que surgiu já no seu final, e que se têm demonstrado mais perigosas ou mais difíceis de conter que o vírus original, mesmo com a aceleração da vacinação. Como tal, quase todos os países assistiram a novas vagas da pandemia e à manutenção de medidas sanitárias que continuaram a afetar em especial alguns setores.

Outro dos indicadores que disparou em 2021 foi a inflação que bateu recordes em muitas regiões, como é o caso dos EUA que registaram uma taxa de 6,8% no final de 2021, sendo que não se assistia a um valor tão alto no país desde 1968. O aumento dos preços tem, em grande parte, a ver com o aumento do consumo privado ao mesmo tempo que a oferta diminuiu fruto dos constrangimentos nas cadeias de fornecimento. O setor onde a subida dos preços foi mais acentuada foi o da energia.

Contrariando a tendência de comportamento igual entre regiões está o desemprego. Em 2020, a taxa atingiu os 7% na Europa e os 8,1% nos Estados Unidos. Para 2021, projeta-se que os Estado Unidos registem uma melhoria acentuada deste indicador, reduzindo a taxa para os 5,4%. Por outro lado, a Europa mais desenvolvida enfrentará um agravamento do mesmo, com a taxa a crescer para os 7,3%.

Por fim, o gráfico abaixo apresenta a evolução das taxas de câmbio ao longo de 2021 tendo em conta a taxa do dia 15 de cada mês, ou do primeiro dia seguinte disponível.

É possível observar que ao longo de 2021 o Euro sofreu uma desvalorização em relação ao dólar americano e à libra britânica, sendo o primeiro cenário o mais acentuado.

Europa

A Europa observou, ao longo de 2021, uma recuperação económica impulsionada pelo aumento das taxas de vacinação. Os pacotes de apoio à economia dos diversos países permitiram evitar o colapso do setor empresarial, levando assim à manutenção de diversos postos de trabalho e facilitando o caminho de recuperação a percorrer nos anos vindouros. Mesmo assim, continua a existir muita incerteza sobre o futuro, fruto das novas variantes COVID-19 e das sucessivas vagas de infeção.

Tal como no cenário mundial, o primeiro sinal de recuperação é o crescimento da economia. O FMI indicava um crescimento de 5,2% para as economias europeias mais avançadas, e de 6% para as emergentes e em

desenvolvimento, em 2021.

Principais Mercados Estrangeiros

China

O Worldbank estima que o PIB do mercado chinês tenha aumentado 8% em 2021, em linha com o crescimento generalizado registado nas outras regiões do mundo num ano de esforços por parte do governo chinês para desalavancar as suas empresas e diminuir o risco financeiro do setor empresarial.

O desemprego registou uma quebra, com as previsões a apontarem para um fecho de 2021 com uma taxa inferior a 4%, muito próxima dos valores registados em pré-pandemia.

O consumo privado disparou em 2021, tendo crescido 10,2%, em contraste com o recuou de -1,7% registados em 2020. Também o consumo publico aumento 6,8%. A inflação desacelerou, após atingir os 2,5% em 2020, o ano findo deverá ficar pelos 0,9% segundo dados do Worldbank.

2.2 A nível Nacional

Após um ano de 2020 marcado por uma significativa contração económica, fruto da pandemia COVID-19 e das subsequentes medidas de contenção sanitárias, 2021 fica marcado pela inflexão de grande parte das tendências de descida registadas no ano anterior. Contudo, o ano findo fica ainda marcado por sucessivos avanços e retrocessos na abertura da economia, bem como pela incerteza que os mesmos trazem às empresas e aos cidadãos.

Com base nas previsões de fecho do Banco de Portugal, Portugal fecha 2021 com um aumento do PIB de 4,8% face ao valor de 2020. Este crescimento é em parte consequência da excecional má performance da economia no ano anterior, fruto da pandemia e das medidas de combate à mesma, que condicionaram a atividade económica. Contribuíram para o crescimento do PIB o crescimento da procura interna de 5,1% e também as importações e exportações que recuperaram face ao ano anterior, registando um crescimento de 10,3% e 9,6% respetivamente.

Ao fechar do 3T de 2021 a capacidade de financiamento da economia portuguesa tinha aumentado para 0,4% do PIB, um aumento de 0,3 p.p. em relação ao trimestre anterior. Por sua vez, a capacidade de financiamento das famílias, no mesmo período, diminuiu para 4,9% do PIB.

No final do 2º trimestre de 2021 o setor empresarial registou um aumento de rendibilidade, superando os valores do período homólogo, mas encontrando-se ainda abaixo dos registados em 2019, antes do início da pandemia.

O investimento empresarial em termos nominais (FBCF empresarial) aumentou 4,9%. As principais contribuidoras para este crescimento são as empresas do 4º (mais de 500 pessoas ao serviço) e 3º (entre 250 e 499 pessoas ao serviço) escalão. Inversamente, foram as empresas do 1º escalão (menos de 50 pessoas ao serviço) que mais contribuíram negativamente, refletindo uma contração do investimento empresarial de -16,2%. Analisando por setores, os principais responsáveis pelo crescimento são os setores de atividades financeiras e de seguros (contributo de 2,2 p.p. e variação de 38,4%) e transportes e armazenagem (contributo de 2,1 p.p. e variação de 42,9%). Por oposição, os setores de comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (-1,8 p.p. correspondentes a -9,6%) e construção (-1,6 p.p. correspondentes a -30,6%) registaram os maiores decréscimos de investimento.

Quanto ao desemprego, segundo dados do INE, no 3T de 2021 foi registada uma taxa de 6,1%, representando uma

queda de 1,9 p.p. face ao período homólogo, e fazendo desta, a taxa mais baixa dos últimos 10 anos, inferior em 0,2 p.p. à registada no mesmo trimestre de 2019, período pré-pandemia. Esta queda traduz-se numa diminuição da população desempregada em 85 mil pessoas face ao mesmo trimestre do ano anterior, baixando o total para 318,7 mil pessoas. (valor mais baixo da década). Na mesma linha, a população ativa atingiu o valor mais alto da década, atingindo os 4,787 milhões de pessoa empregadas.

Segundo a projeção do Banco de Portugal, tanto o consumo privado como o consumo público registaram aumentos de 5% e 3,3% respetivamente, com o IHPC a registar uma taxa de variação média de 0,9%.

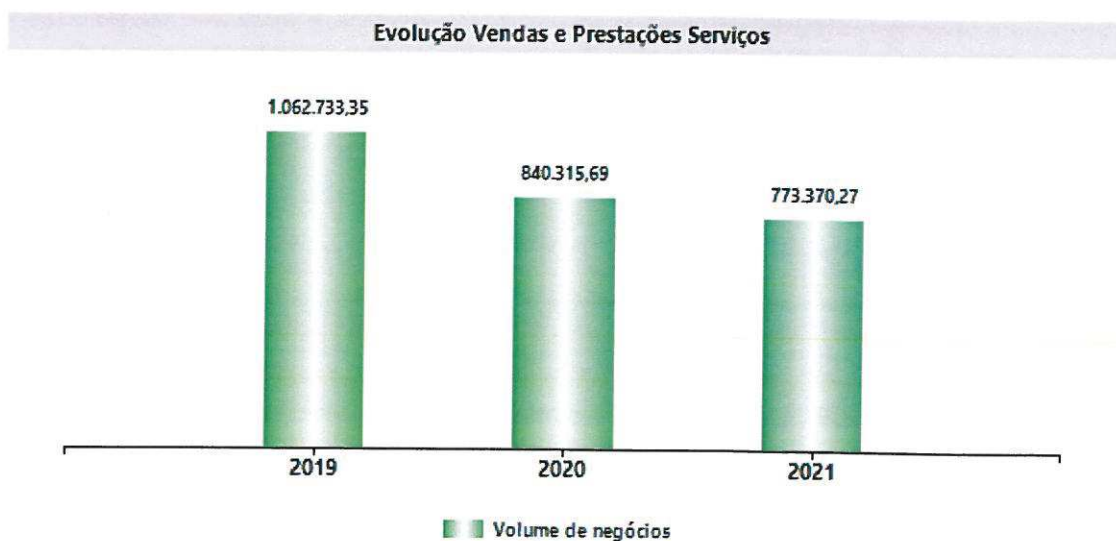
No que toca ao sistema bancário, segundo dados do Banco de Portugal, até ao último trimestre de 2021, a rentabilidade do ativo (ROA) aumentou 0,31 p.p., face mesmo período do ano anterior (para 0,46%). A rentabilidade do capital próprio (ROE) aumentou 3,7 p.p., situando-se em 5,4%. O aumento da ROA deveu-se à diminuição das imparidades para crédito e, em menor grau, ao aumento dos resultados com operações financeiras. O custo do risco de crédito diminuiu 0,63 p.p., para 0,37%, após o aumento significativo em 2020 associado ao surgimento da pandemia.

No final do 3T de 2021 a dívida pública equivalia a 131,4% do PIB o que equivale a 271,2 milhões de euros.

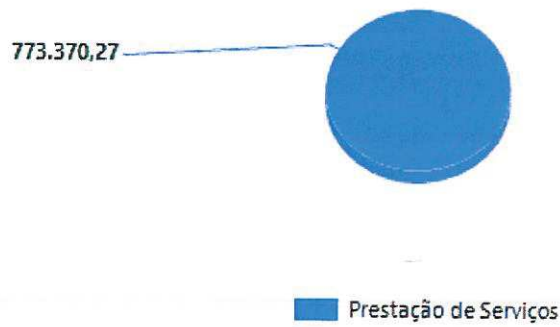
3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2021 os resultados espelham uma evolução negativa da atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 773.370,27 €, representando uma variação de (7,96)% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:

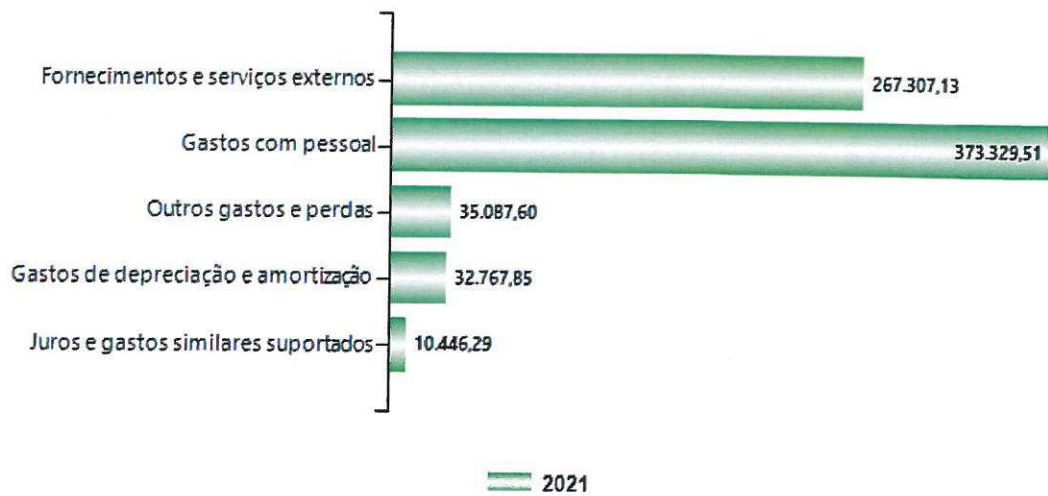


Estrutura de Rendimentos

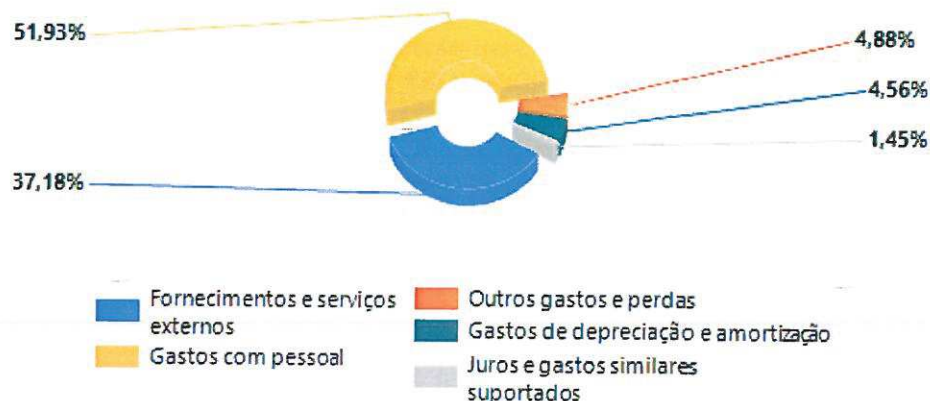


Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

Estrutura de Gastos



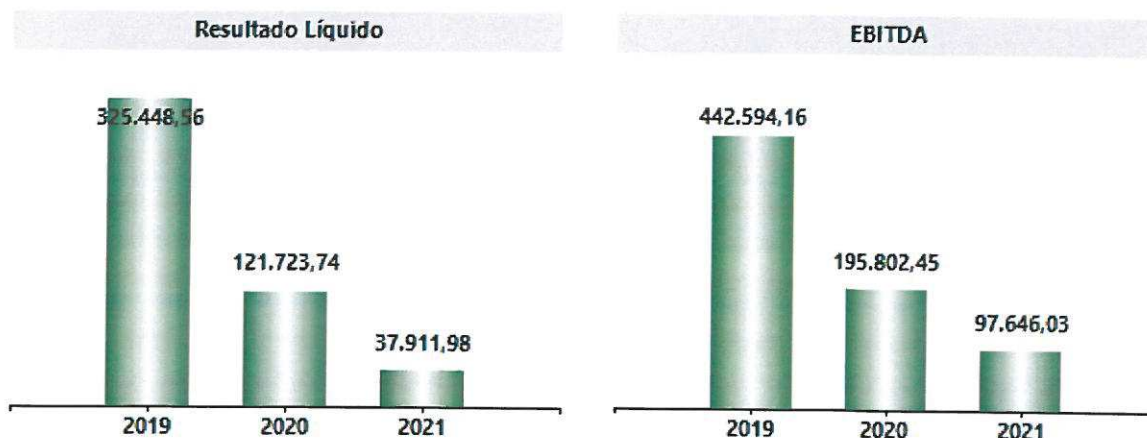
Estrutura de Gastos Percentual



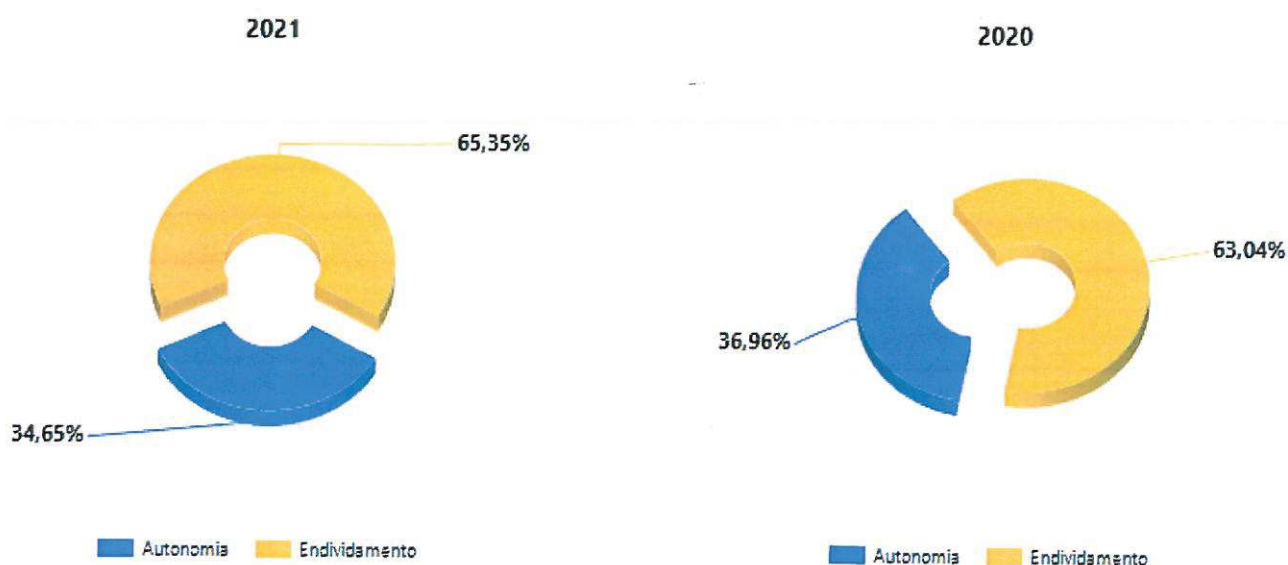
No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos. XX ADICIONE TEXTO XX

RUBRICAS	PERIODOS		
	2021	2020	2019
Gastos com Pessoal	373.329,51	400.846,15	333.010,96
Nº Médio de Pessoas	10,00	13,00	11,00
Gasto Médio por Pessoa	37.332,95	30.834,32	30.273,72

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2021		2020	
Ativo não corrente	496.404,05	38 %	528.407,78	47 %
Ativo corrente	811.111,35	62 %	594.760,85	53 %
Total ativo	1.307.515,40		1.123.168,63	

RUBRICAS	2021		2020	
Capital Próprio	453.052,94	35 %	415.140,96	37 %
Passivo não corrente	314.175,08	24 %	307.129,21	27 %
Passivo corrente	540.287,38	41 %	400.898,46	36 %
Total Capital Próprio e Passivo	1.307.515,40		1.123.168,63	

A sociedade exerceu atividade nos seguintes setores (descrição dos setores, das condições de mercado,

investimentos, rendimentos gastos, resultados e atividades de I&D).

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A MSE - CORRETORES E CONSULTORES DE SEGUROS S.A. no período económico findo em 31 de dezembro de 2021 realizou um resultado líquido de 37.911,98€, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	
ANO	2021
37.911,98 €	

5 - Expetativas Futuras

5.1. Cenário macroeconómico

As previsões apresentadas foram estimadas pelos diversos organismos relevantes à data de fecho de 2021 e início de 2022. Neste período, a invasão russa da Ucrânia era um cenário inexistente. Na presente data, muitas delas mantêm-se, contudo é expectável que se venham a alterar de futuro. Continua a ser esperada uma recuperação económica generalizada, pelo menos nos mercados mundiais mais avançados, muito devido ao facto de ainda nos encontrarmos num período de recuperação económica face ao ano de 2020. No entanto, indicadores como a inflação, já estão a ser revistos em alta, pelo que algumas das previsões abaixo apresentadas não refletem ainda os impactos da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, dado ainda não existirem dados atualizados para os mesmos.

Mundo

É esperado que a recuperação económica iniciada em 2021 se mantenha durante 2022, com a maior parte dos indicadores a estabilizar nos anos subsequentes. Como tal, segundo dados do FMI, 2022 deverá trazer um crescimento de 4,9% na economia global, que estabilizará nos 3,3% nos anos subsequentes. As projeções de médio termo das economias mais desenvolvidas ultrapassam as existentes em período pré-pandemia, em grande parte devido às novas medidas em vigor nos EUA que se prevê, venham dar um impulso extraordinário à economia.

Associado ao crescimento da economia global esperado está o crescimento do PIB das economias mundiais, como representado no gráfico abaixo.

É possível observar a tendência de manutenção do crescimento em 2022 e subsequente queda, neste indicador, essa queda é mais marcada nas economias avançadas do mundo.

O indicador que mais preocupa as principais entidades financeiras é a inflação. Existe um elevado grau de incerteza sobre o seu comportamento futuro dado que ninguém consegue prever exatamente a evolução da pandemia e o potencial surgimento de novas variantes. No entanto, esperava-se que esta crescesse acentuadamente em 2022. As previsões variam entre instituições, mas todas apontavam para um valor superior a 2% à data de fim de 2021, entretanto, com o início da guerra entre Rússia e Ucrânia, é expectável que esta previsão venha a ser revista em alta.

Este crescimento deve-se a um leque vasto de fatores. Ainda antes da guerra entra a Rússia e Ucrânia, as disrupções das cadeias de fornecimento que deverão continuar pelo menos até meio do ano, diminuindo a oferta e fazendo subir os preços, especialmente dado o aumento esperado do consumo das famílias. No, entretanto, a preocupação

atual centra-se no setor das energias. Foi neste setor que ocorreram as maiores subidas de preço em 2021 e a tendência irá agravar-se em 2022. A subida drástica dos preços dos combustíveis irá implicar uma subida dos preços dos bens de consumo, mesmo com os vários governos a lançar pacotes de medidas de apoio aos produtores e distribuidores, e de combate à inflação. Adicionalmente, a falta de mão-de-obra que se tem feito sentir em alguns setores, coloca uma pressão sobre os salários e custos das empresas o que também deverá contribuir para o aumento de preços esperado.

As previsões do FMI indicam que o emprego é dos indicadores que irá apresentar a recuperação mais lenta nos próximos anos. São apontadas como principais razões para esta evolução lenta, os apoios extra dados aos desempregados que em conjunto com receios de regressar aos escritórios levam muitos a ficar em casa, a evolução da automação e automatização de processos que reduz os requerimentos de capital humano. Este comportamento é esperado tanto em economias mais desenvolvidas como nas emergentes e em desenvolvimento, teorizando-se que a COVID-19 levará a um aumento de desigualdades sociais nas sociedades e a um aumento de tensão entre classes.

Europa

Fruto de uma recuperação económica mais rápida do que antecipado, é esperado que o PIB da zona euro aumente 4,4% em 2022. São esperados crescimentos para os quatro grandes países, Alemanha, França, Itália e Espanha de 4,9%, 3,7%, 4,2% e 5,1% respetivamente. Este crescimento generalizado da zona Euro é impulsionado também pela expectativa da chegada dos fundos de recuperação e resiliência. Antecipa-se que o grande obstáculo ao crescimento em 2022 seja o constrangimento das cadeias de oferta que continuaram a não conseguir dar resposta ao crescimento da procura. O crescimento deverá abrandar em 2023 com as projeções do PIB a apontar para um crescimento de 2,4% na zona euro (2,5% Europa).

Tanto o consumo privado como o público caminham ao lado da tendência de crescimento do PIB. É esperado que para as economias mais avançadas da Europa o consumo privado cresça 5,9% e o consumo publico cresça 0,3%.

O mercado europeu sofre das mesmas pressões inflacionárias do resto do mundo, em muito derivadas ao aumento do consumo já mencionado, enquanto a oferta continua limitada por várias falhas nas cadeias de abastecimento. O Banco Central Europeu, que previa em setembro uma taxa de inflação de 1,7% em 2022, revisitou esse valor em dezembro, aumentando a taxa de inflação esperada para os 3,2%. Em fevereiro de 2022 apontava já para uma taxa de 5,1%, um claro reflexo dos impactos da guerra na Ucrânia causada pela Rússia.

No entanto, o BCE anunciou que não planeia alterar as suas políticas monetárias, mantendo a sua posição de não fazer ajustes às taxas de juro como o Banco de Inglaterra, nem fazer ajustes de política monetária, nem à sua política de estímulos à economia, como a Reserva Federal dos EUA.

O principal setor motor desta subida na Europa é o mesmo que no resto do mundo, o setor das energias. No entanto, é esperado que o setor estabilize no futuro, em especial quando o conflito se resolver, como tal o BCE mantém uma previsão na casa dos 2% para 2023.

Quanto ao desemprego, a recuperação prevê-se mais lenta. No geral das economias mais avançadas da Europa, prevê-se que a taxa de 7,3% atingida em 2021 se mantenha em 2022, sendo mais alta considerando apenas os países da zona euro, 8,1% em 2022 para este grupo. O comportamento do desemprego é também desigual entre países, a Alemanha espera conseguir uma descida da taxa de desemprego de 3,7% para 3,6% em 2022, ao mesmo tempo antecipa-se que a Itália venha a observar um agravamento da taxa dos 10,3% para os 11,6% em 2022.

Fruto da pandemia a zona euro viu agravar a sua dívida bruta. Nos 5 anos pré-pandemia esta tinha vindo a descer dos 92,8% em 2014 até aos 83,7% em 2019, no entanto, em 2020 este valor disparou para os 97,5%. Em 2021 ainda se assistiu a um agravamento deste indicador para os 98,9%, espera-se agora que a situação se inverta, prevendo-se uma descida para os 96,3% em 2022. Esta tendência decrescente deverá manter-se pelo menos até 2026 onde o valor da dívida da zona euro deverá representar 92,2% do PIB total.

Nota Final

Para além da incerteza causada nos mercados internacionais pela guerra, que tornam todas as previsões apresentadas acima muito incertas, existe ainda uma grande dúvida sobre a crise humanitária que se avizinha. Há já milhares de famílias ucranianas deslocadas a fugir da guerra, quer porque temem pela vida, ou porque viram as suas casas, escolas e hospitais serem destruídas por bombardeamentos incessantes. Juntam-se a estas, milhares de cidadãos russos a fugir da Rússia por causa das sanções económicas sem precedentes, que deverão mergulhar o país numa crise profunda, e a fugir também da repressão da liberdade de expressão levada a cabo pelo governo russo.

5.3 Evolução previsível da sociedade

A NOSSA ACTIVIDADE EM 2020 E PERSPECTIVAS 2022

A situação pandémica COVID-19 obrigou-nos a reinventar a empresa, mas também a ser mais ágeis e competitivos nas diferentes nas acções comerciais nos seus mais diversos domínios.

Ao longo de 2021, resultado do levantamento lento, mas gradual, das restrições impostas pelo COVID 19, a mse seguros registou com imenso agrado que uma fatia substancial dos segmentos de negócio mais ilustrativos da sua carteira de negócios regressava, por assim dizer, à actividade.

Resultado do esmorecimento da pandemia e retorno do turismo e do quotidiano "normal" pré-COVID 19, a mse registou um impacto mais significativo nos resultados a partir do último trimestre.

Nessa fase, mantendo a sua estratégia de desenvolvimento e tendo já interiorizado o princípio de que as dificuldades se podem transformar em oportunidades, a mse decidiu reforçar o leque de opções disponíveis para os diferentes segmentos de mercado que constituem a sua carteira.

Em parceria com um segurador do mercado nacional, criou em regime de exclusividade um produto específico e direccionado para o segmento de atividade dos TVDE's.

A consequência deste cenário espelha-se no aumento significativo dos prémios anualizados, número de contratos realizados e número de tomadores.

Sendo o sector dos Táxis outro dos segmentos de mercado que impactam os resultados da mse, decidiu-se reformular os produtos disponíveis para este segmento, tornando-os mais competitivos em todos os seus domínios.

Muitos dos outros sectores de actividade afectados pela crise pandémica, e nos quais a mse seguros tem uma exposição considerável, retomaram gradualmente a sua vitalidade, nomeadamente no que ao desporto diz respeito.

Não podemos de deixar de mencionar um dos pilares indispensáveis a qualquer empresa independentemente da sua actividade, e que é a confiança dos seus clientes.

Independentemente de todos os constrangimentos registados ao longo de 2021, o número de clientes aumentou, bem como o número de apólices, sendo que estes valores serão mais visíveis em 2022 por via da implementação

das novas propostas de valor que temos em oferta.

Claro está que o incremento registado no volume de tomadores acrescenta ainda mais responsabilidade a um crescimento sustentável, bem como a uma prestação de serviço cada vez mais eficaz e eficiente.

Por este facto, dentro dos acordos de exclusividade que mantemos com os nossos parceiros, o acesso directo a emissão de apólices e disponibilização imediata de documentação aos clientes, tornou-se num factor predominante dos protocolos estabelecidos.

Aliado ao crescimento registado de tomadores, número de apólices e recibos, tornou-se imperioso aumentar e melhorar os espaços de atendimento, pelo que se decidiu encerrar o estabelecimento de Telheiras, tendo transferido os serviços ali existentes para a sede da sociedade, localizada no centro de Lisboa.

Este espaço, remodelado e adaptado às necessidades de atendimento, permite aos nossos clientes, cuja maior parte da actividade decorre no interior da cidade, aceder à mse mais facilmente e com maior celeridade.

Para o ano de 2022, as nossas linhas orientadoras estão estabelecidas, sendo o objectivo prioritário consolidar o posicionamento da empresa nos segmentos que considera primordiais e com grande foco de desenvolvimento.

Nesta perspectiva iremos investir na melhoria dos produtos existentes e na criação de novas e mais competitivas opções.

Está, igualmente, definida a construção de soluções, inovadoras, reais e competitivas direccionadas a novos segmentos de mercado, sempre num registo de exclusividade que nos permita marcar a diferença e que conduza ao despertar de necessidades adormecidas dos consumidores, os quais, normalmente, só as sentem quando o sinistro ocorre.

O dito popular "o seguro morreu de velho..." nunca foi mais verdadeiro e necessário numa sociedade cada vez mais exigente, interessada e desafiante como a que vivemos nos tempos actuais.

Não menos importante, iremos incrementar o número de Recurso Humanos da mse, sem o que não será viável avançar com novos projectos com uma prestação de serviço de excelência.

No próximo ano contaremos o 10º aniversário da mse que será, garantidamente, um ano que irá marcar profundamente o quotidiano de todos os que nela vivemos o dia-a-dia. Estamos convictos de que os nossos clientes, parceiros de negócio e outras entidades que conosco convivem diariamente o irão vivenciar com a mesma intensidade.

6 - Outras Informações

A MSE - CORRETORES E CONSULTORES DE SEGUROS S.A. não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a entidade não é detentora de quotas ou ações próprias.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2021.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram

em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

No contexto actual da situação de pandemia provocada pelo COVID-19, é previsível que a actividade futura da empresa seja afectada. Encontramo-nos neste momento a reavaliar o plano de negócios em vigor com vista a ajustá-lo, se necessário, a esta nova realidade.

7 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da MSE - CORRETORES E CONSULTORES DE SEGUROS S.A..

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

MSE- Corretores e Consultores de Seguros, SA

Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2021

Índice das Demonstrações Financeiras

Balanços em 31 de Dezembro 2021 e 2020	3
Demonstrações dos Resultados por Naturezas dos exercícios findos em 31 Dezembro 2021 e 2020	4
Demonstrações das Alterações no Capital Próprio dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020	5
Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020	6
Anexo às Demonstrações Financeiras	
1 Introdução	7
2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	7
3 Principais políticas contabilísticas	8
4 Fluxos de caixa	14
5 Políticas contabilísticas	14
6 Activos fixos tangíveis	15
7 Outros activos financeiros	16
8 Estado e outros entes públicos	16
9 Outros créditos a receber	17
10 Diferimentos	17
11 Capital	17
12 Outras reservas	18
13 Financiamentos	18
14 Outras dívidas a pagar	19
15 Fornecedores	19
16 Prestação de serviços	19
17 Fornecimentos e serviços externos	20
18 Gastos com pessoal	20
19 Outros rendimentos	21
20 Outros gastos	21
21 Gastos e rendimentos financeiros	21
22 Impostos correntes	21
23 Remuneração do conselho de Administração	22
24 Resultado por acção	22
25 Acontecimentos ocorridos após a data do Balanço	23
26 Divulgações adicionais para as entidades de interesse público	23
27 Prestação do serviço de Mediação de Seguros ou de Resseguros para efeito do Artº 4 da Norma Regulamentar n.º 15/2009 de 30 de Dez.	24
28 Partes relacionadas	27

Balancos em 31 de Dezembro 2021 e 2020

ACTIVO	Notas	31-12-2021	31-12-2020
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis	6	142.834	175.602
Outros activos financeiros	7	4.081	3.317
Créditos a receber	9	349.488	349.488
Activos por impostos diferidos		-	-
		496.404	528.408
Activo corrente:			
Clientes		-	-
Estado e outros entes públicos	8	-	780
Outros créditos a receber	9	646.821	512.544
Diferimentos	10	11.062	5.008
Activos não correntes detidos para venda		1.400	1.400
Caixa e depósitos bancários	4	151.829	75.028
		811.111	594.761
TOTAL DO ACTIVO		1.307.515	1.123.169
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital subscrito	11	230.000	230.000
Outros instrumentos de capital próprio		-	-
Reserva legal	12	87.284	46.000
Outras reservas	12	300.935	220.495
Resultados transitados		(206.405)	(206.405)
Excedentes de revalorização		3.327	3.327
Resultado líquido do exercício		37.912	121.724
Total do capital próprio		453.053	415.141
PASSIVO			
Passivo não corrente:			
Financiamentos obtidos	13	314.175	141.758
Diferimentos		-	-
		314.175	141.758
Passivo corrente:			
Fornecedores	8	56.622	47.589
Estado e outros entes públicos	8	34.863	51.523
Accionistas		-	-
Financiamentos obtidos	13	257.075	358.321
Outras dívidas a pagar	14	191.727	108.837
Diferimentos		-	-
		540.287	566.270
TOTAL DO PASSIVO		854.462	708.028
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		1.307.515	1.123.169

O anexo faz parte integrante do balanço 31 de Dezembro de 2021.

O Contabilista Certificado

Luís Bento Costa

O Conselho de Administração

[Assinatura]

Demonstrações dos Resultados por Naturezas dos exercícios findos em 31 Dezembro 2021 e 2020

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31-12-2021	31-12-2020
Vendas e serviços prestados	16	773.370	840.316
Subsídios à exploração		-	9.136
Fornecimentos e serviços externos	17	(267.307)	(240.797)
Gastos com o pessoal	18	(373.330)	(400.846)
Provisões		-	-
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Outros rendimentos	19	-	7.956
Outros gastos	20	(35.088)	(19.962)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		97.646	195.802
Gastos de depreciações	6	(32.768)	(33.397)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		64.878	162.405
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	21	(10.446)	(12.549)
Resultado antes de impostos		54.432	149.856
Impostos sobre o rendimento do exercício	22	(16.520)	(28.133)
Resultado líquido do exercício		37.912	121.724
Resultado por acção básico	30	0,76	2,43

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

O Contabilista Certificado

Ligeirinha Beate Pólvora

O Conselho de Administração



Demonstrações das Alterações no Capital Próprio dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

DESCRICÃO	NOTAS							Total do capital próprio	
		Capital Subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Outras reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização		Resultado líquido do período
Posição no fim do 31 de Dezembro de 2019		230.000	-	23.315	5.355	(39.331)	3.327	325.449	548.116
Alterações no exercício		-	-	22.685	215.140	87.624	-	(325.449)	(254.698)
Aplicação do resultado de 2019		-	-	-	-	-	-	-	-
Variações em resultados transitados		-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-
Reembolso prestações acessórias		-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício de 2020		-	-	-	-	-	-	121.724	121.724
Posição no fim do 31 de Dezembro de 2020		230.000	-	46.000	220.495	(206.405)	3.327	121.724	415.141
Alterações no exercício		-	-	41.284	80.440	-	-	(121.724)	-
Aplicação do resultado de 2020		-	-	-	-	-	-	-	-
Variações em resultados transitados		-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-
Reembolso prestações acessórias		-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício de 2021		-	-	-	-	-	-	37.912	37.912
Posição no fim do exercício 31 de Dezembro de 2021		230.000	-	87.284	300.935	(206.405)	3.327	37.912	453.053

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações do capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

Lp: Beate Poell



Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos

em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

	Notas	31-12-2021	31-12-2020
Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		773.370	840.316
Pagamentos a fornecedores		(211.323)	(229.099)
Pagamentos ao pessoal		(377.733)	(393.849)
Caixa gerada pelas operações		184.314	217.368
Recebimento de imposto sobre o rendimento		-	-
Pagamento de imposto sobre o rendimento		(28.133)	(41.332)
Outros pagamentos relativos à actividade operacional		(160.043)	(318.151)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(3.861)	(142.115)
Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-	(35.893)
Activos financeiros		(764)	(1.231)
Recebimentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-	-
Activos financeiros		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		-	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(764)	(37.124)
Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1.388.532	1.320.736
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	13	(1.296.661)	(1.144.975)
Juros e custos similares		(10.446)	(12.549)
Dividendos		-	-
Redução de capital e de outros instrumentos de Capital Próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		81.426	163.212
Variação de Caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		76.801	(16.027)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	75.028	91.056
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	151.829	75.028

O Contabilista Certificado

Lig. Bento Poalhe

O Conselho de Administração

[Assinatura]

Anexo às Demonstrações Financeiras

1 Introdução

Constituição e Actividade

A MSE- Corretores e Consultores de Seguros, SA é uma Sociedade anónima com sede na Avenida Conde Valbom, nº 1 A, em Lisboa.

A Sociedade, constituída por escritura pública em 17 de Março de 1981, tem por objecto social exclusivo a Mediação e consultadoria de seguros.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei 98/2015 de 2 de junho de 2015. O SNC é composto pela Estrutura Conceptual ("EC"), pelos Modelos de Demonstrações Financeiras ("MDF") definidos nos termos da Portaria 220/2015 de 24 de julho de 2015, pelo Código de Contas ("CC") definido nos termos da Portaria 218/2015 de 23 de julho de 2015, pelas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e pelas Normas Interpretativas ("NI"), ambas publicadas nos Avisos 8256 e 8258 de 29 de julho de 2015, respetivamente.

As demonstrações financeiras foram preparadas na base da continuidade das operações e em conformidade com os conceitos contabilísticos fundamentais de prudência, consistência, especialização dos exercícios, substância sobre a forma e materialidade, respeitando as características qualitativas da relevância, fiabilidade e comparabilidade.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pela MSE, SA, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.

3 Principais Políticas contabilísticas

3.1. Activos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a Empresa espera incorrer.

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica "Excedentes de revalorização", exceto se reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente na rubrica "Excedentes de revalorização" até à concorrência de qualquer saldo credor do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor é reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados do exercício e dos exercícios seguintes. A informação sobre as vidas úteis estimadas dos ativos fixos tangíveis finita encontra-se indicada na nota respetiva.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.2. Imparidade de Activos

Os activos com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização, sendo objecto de testes de imparidade a todos os seus activos. A MSE, SA realiza os testes de imparidade a todos os seus ativos em Dezembro de cada ano e sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos activos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim regista a respectiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os activos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os activos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.3. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, a entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos, a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. Na maior parte dos casos, a transferência dos riscos e vantagens da propriedade coincide com a transferência do documento legal ou da passagem da posse para o comprador.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

Quando os serviços sejam desempenhados por um número indeterminado de atos durante um período específico de tempo, o rédito é reconhecido numa base de linha reta durante o período específico a menos que haja evidência de que um outro método represente melhor a fase de acabamento. Quando um ato específico seja muito mais significativo do que quaisquer outros atos, o reconhecimento do rédito é adiado até que o ato significativo seja executado.

O rédito proveniente de royalties é reconhecido segundo o regime do acréscimo de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos deve ser reconhecido quando for estabelecido o direito da Empresa receber o correspondente montante.

3.4. Activos financeiros

A Administração determina a classificação dos activos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os activos financeiros podem ser classificados/mensurados:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A MSE, SA classifica e mensura ao custo os activos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa

variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

São registados ao custo os activos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A MSE,SA avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os activos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objectiva de imparidade, a Empresa reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.5. Clientes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas ao justo valor (valor nominal), deduzido dos respectivos ajustamentos por imparidade. As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objectiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transacção. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Ajustamento de contas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.6. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses.

3.7. Passivos financeiros

A Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados / mensurados como:

- (a) Ao custo menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A MSE, SA classifica e mensura ao custo os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

São registados ao custo os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são reconhecidos ao custo (valor nominal).

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente e no passivo não corrente no caso de a empresa ter o direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.9. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Impostos Correntes

A Empresa encontra-se sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 21,0%. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

Consequentemente, as declarações fiscais da Empresa dos exercícios de 2018 a 2021 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. A Administração entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2021. Também de acordo com a legislação fiscal em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis 12 anos a partir de 2014, sendo suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. A partir do ano de 2014 essa dedução só é permitida até ao limite de 70% do lucro tributável.

Impostos Diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de activos e passivos, que não resultem de uma concentração de actividades, e que à data da transacção não afectem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

3.10. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a MSE, SA tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a MSE, SA divulga tal facto como um

passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflecte a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.11. Rendimentos e Gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como activos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.12. Investimentos financeiros

Os investimentos em subsidiárias e associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial.

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo entidades com finalidades especiais) sobre as quais a Empresa tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, directo ou indirecto, de mais de metade dos direitos de voto. Na avaliação de controlo foi considerado para além dos poderes de voto, o poder de definir as políticas financeiras e operacionais, e o poder de nomear a Administração/Gerência das subsidiárias.

As associadas são entidades sobre as quais a Empresa tem entre 20% e 50% dos direitos de voto ou sobre as quais a Empresa tenha influência significativa, mas que não possa exercer o seu controlo.

Aquando da aquisição de subsidiárias e associadas, o excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da participação da Empresa nos activos identificáveis adquiridos é registado como goodwill, o qual, deduzido de perdas acumuladas de imparidade, se encontra considerado na rubrica de Participações financeiras – método de equivalência patrimonial. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente na demonstração dos resultados.

Segundo o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas do grupo e associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do período. As participações são ainda ajustadas pelo valor correspondente à participação noutras variações nos capitais próprios dessas empresas, por contrapartida da rubrica Ajustamento em activos financeiros. Assim, as demonstrações financeiras incluem a quota-parte da Empresa no total de ganhos e perdas reconhecidos desde a data em que o controlo ou a influência significativa começa até à data em que efectivamente termina. Ganhos ou perdas não realizados em transacções entre as empresas do Grupo MSE, incluindo associadas, são eliminados. Os dividendos atribuídos pelas subsidiárias ou associadas são considerados reduções do investimento detido.

Quando a quota-parte das perdas de uma subsidiária ou associada excede o valor do investimento, a Empresa reconhece perdas adicionais no futuro, se o Grupo tiver incorrido em obrigações ou tenha efectuado pagamentos em benefício da associada.

As políticas contabilísticas aplicadas pelas subsidiárias e associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir que as mesmas são aplicadas de forma consistente pela Empresa e pelas suas subsidiárias e associadas.

As entidades que se qualificam como subsidiárias e associadas encontram-se listadas na nota 10.

3.13. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da MSE, SA são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.15.1 Provisões

A MSE, SA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.15.2 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da MSE, SA tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de activos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

4 Fluxos de caixa

A rubrica de caixa e depósitos bancários inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, e detalha-se como segue:

	<u>31-12-2021</u>	<u>31-12-2020</u>
Numerário		
Caixa	9.702	10.912
Depósitos bancários		
Depósitos à ordem	142.127	64.116
Depósitos a prazo	-	-
Total Caixa e Depósitos Bancários	<u>151.829</u>	<u>75.028</u>

5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2020, apresentada para efeitos comparativos, nem foram registados erros materiais relativos ao exercício anterior.

6 Activos fixos tangíveis

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os movimentos registados na rubrica "Activos fixos Tangíveis" foram como segue:

	<u>31-12-2021</u>						Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activo fixo tangível em curso	
1 de Janeiro de 2021							
Custo de aquisição	27.304	57.319	188.230	12.430	6.261	-	291.543
Depreciações acumuladas	(10.922)	(46.116)	(41.465)	(12.430)	(5.009)	-	(115.941)
Valor líquido	<u>16.382</u>	<u>11.203</u>	<u>146.765</u>	<u>-</u>	<u>1.252</u>	<u>-</u>	<u>175.602</u>
1 de Janeiro de 2021							
Adições	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Abates-Activos	-	-	(17.085)	-	-	-	(17.085)
Abates-Depreciações	-	-	17.085	-	-	-	17.085
Depreciações do exercício	(2.730)	(5.031)	(24.380)	-	(626)	-	(32.768)
Valor líquido em	<u>(2.730)</u>	<u>(5.031)</u>	<u>(24.380)</u>	<u>-</u>	<u>(626)</u>	<u>-</u>	<u>(32.768)</u>
31 de Dezembro de 2021							
Custo de aquisição	27.304	57.319	171.146	12.430	6.261	-	274.459
Depreciações acumuladas	(13.652)	(51.147)	(48.760)	(12.430)	(5.635)	-	(131.625)
Valor líquido em	<u>13.652</u>	<u>6.172</u>	<u>122.385</u>	<u>-</u>	<u>625</u>	<u>-</u>	<u>142.834</u>
31 de Dezembro de 2021							

31-12-2020

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activo fixo tangível em curso	Total
1 de Janeiro de 2020							
Custo de aquisição	27.304	55.548	156.585	12.430	6.261	-	258.127
Depreciações acumuladas	(8.191)	(41.518)	(73.335)	(12.430)	(3.320)	-	(138.794)
Valor líquido	19.113	14.030	83.250	-	2.941	-	119.333
1 de Janeiro de 2020							
Adições	-	1.771	171.146	-	-	-	172.917
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Abates-Activos	-	-	(139.500)	-	-	-	(139.500)
Abates-Depreciações	-	-	56.250	-	-	-	56.250
Depreciações do exercício	(2.730)	(4.598)	(24.380)	-	(1.689)	-	(33.397)
Valor líquido em	(2.730)	(2.827)	63.515	-	(1.689)	-	56.269
31 de Dezembro de 2020							
Custo de aquisição	27.304	57.319	188.230	12.430	6.261	-	291.543
Depreciações acumuladas	(10.922)	(46.116)	(41.465)	(12.430)	(5.009)	-	(115.941)
Valor líquido em	16.382	11.203	146.765	-	1.252	-	175.602
31 de Dezembro de 2020							

7 Outros activos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Outros activos financeiros" tinha a seguinte composição:

	<u>31-12-2021</u>	<u>31-12-2020</u>
Fundo Compensação Trabalho	4.081	3.317
	<u>4.081</u>	<u>3.317</u>

8 Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os saldos com o Estado e Outros Entes Públicos são os seguintes:

	<u>31-12-2021</u>		<u>31-12-2020</u>	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto sobre o rendimento - IRC (i)	-	16.520	-	28.133
Retenções - IRS	-	10.569	-	12.260
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA	-	-	-	-
Contribuições Segurança Social	-	7.702	-	11.131
Fundo compensação trabalhadores (FCT)	-	73	780	-
Total	-	34.863	780	51.523

(i) Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o saldo da conta de IRC tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2021</u>	<u>31-12-2020</u>
Pagamentos por conta	-	-
Pagamento especial por conta	-	-
Pagamento adicional por conta	-	-
Retenções na fonte	-	-
Estimativa de imposto (Nota 25)	(16.520)	(28.133)
Total	<u><u>(16.520)</u></u>	<u><u>(28.133)</u></u>

9 Outros créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a composição da rubrica "Outros créditos a receber", é como segue:

	<u>31-12-2021</u>			<u>31-12-2020</u>		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Seguradoras	186.606	-	186.606	61.354	-	61.354
Outros	460.215	349.488	809.704	451.190	349.488	800.678
Pessoal	-	-	-	-	-	-
Total	<u><u>646.821</u></u>	<u><u>349.488</u></u>	<u><u>996.309</u></u>	<u><u>512.544</u></u>	<u><u>349.488</u></u>	<u><u>862.032</u></u>

Em virtude de inexatidões na transposição do programa de Gestão de seguros para a contabilidade, existem saldos com as Seguradoras que não se encontram devidamente expressos, os quais se encontram em processo de conferência e regularização

10 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a MSE tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

Gastos	<u>31-12-2021</u>			<u>31-12-2020</u>		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Seguros	2.912	-	2.912	1.258	-	1.258
Rendas	8.150	-	8.150	3.750	-	3.750
Diversos	-	-	-	-	-	-
Total	<u><u>11.062</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>11.062</u></u>	<u><u>5.008</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>5.008</u></u>

11 Capital

Capital Subscrito

A Sociedade foi constituída com o capital social de 230.000 Euros, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, representado por 23000 acções de valor nominal de 10 Euros.

	31-12-2021				
	Numero acções	% Capital	Capital social	Prestações acessórias	Total
JONUVI - Participações e Consultoria, SA.	4996	21,72%	49.960	-	49.960
João Baltazar Mendes	4	0,02%	40	-	40
MSE Imobiliária, S.A.	14700	63,91%	147.000	-	147.000
Artur Martins	3300	14,35%	33.000	-	33.000
Total	23.000	100,00%	230.000	-	230.000

12 Outras reservas

A rubrica "Outras reservas" registou o seguinte movimento no exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020:

	31-12-2021	31-12-2020
Saldo Inicial	5.355	5.355
Outras reservas	-	-
Reserva Especial Reinvestimento	295.580	215.140
Saldo Final	300.935	220.495

A rubrica de "Reserva legal" registou o seguinte movimento no exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020:

	31-12-2021	31-12-2020
Saldo Inicial	46.000	23.315
Reforço	41.284	22.685
Saldo Final	87.284	46.000

De acordo com a legislação em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporadas no capital.

13 Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	31-12-2021			31-12-2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Conta caucionada	69.707	-	69.707	161.168	-	161.168
PME 303204551	16.667	33.333	50.000	25	66.642	66.667
Bankinter	150.000	-	150.000	150.000	-	150.000
Apoio Tesouraria	-	200.000	200.000	-	-	-
Loações financeiras	20.701	80.842	101.543	47.127	75.116	122.244
Total Empréstimos	257.075	314.175	571.250	358.321	141.758	500.079

14 Outras dívidas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o detalhe da rubrica "Outras dívidas a pagar" é como segue:

	31-12-2021			31-12-2020		
Pessoal						
Remunerações	10.174	-	10.174	9.458	-	9.458
Outros Credores						
Devedores premios seguros	-	-	-	-	-	-
Seguradoras	53.875	-	53.875	15.665	-	15.665
Credores Diversos	15.674	-	15.674	24.714	-	24.714
	69.549	-	69.549	40.379	-	40.379
Acréscimos de gastos						
Férias, Subsídio de Férias e Prémios	53.376	-	53.376	55.996	-	55.996
Electricidade	-	-	-	-	-	-
Outros i)	58.629	-	58.629	3.005	-	3.005
	112.005	-	112.005	59.001	-	59.001
	191.727	-	191.727	108.837	-	108.837

Em virtude de inexatidões na transposição do programa de Gestão de seguros para a contabilidade, existem saldos com as Seguradoras que não se encontram devidamente expressos, os quais se encontram em processo de conferência e regularização

15 Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o detalhe da rubrica "Fornecedores" é como segue:

	<u>31-12-2021</u>	<u>31-12-2020</u>
Fornecedores - Gerais	56.622	47.589
Total saldo fornecedores - correntes	<u>56.622</u>	<u>47.589</u>

16 Prestações de Serviços

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Prestação de Serviços" é como segue:

Descrição	<u>31-12-2021</u>	<u>31-12-2020</u>
Prestação de Serviços-Facturação	773.370	840.316
Total	<u>773.370</u>	<u>840.316</u>

17 Fornecimentos e serviços externos

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Fornecimentos e serviços externos" é como segue:

	<u>31-12-2021</u>	<u>31-12-2020</u>
Trabalhos especializados	20.631	27.576
Publicidade e propaganda	398	4.403
Vigilância e segurança	2.261	2.227
Honorários	26.400	18.481
Conservação e reparação	7.714	2.015
Gastos financeiras	19.288	15.215
Ferramentas e utensílios de desgast	418	1.311
Livros e documentação técnica	0	0
Material de escritório	7.183	10.049
Artigos para oferta	3.522	9.249
Electricidade	10.182	5.634
Combustíveis	3.220	2.784
Água	4.725	3.006
Deslocações e estadas	46.034	25.920
Rendas	63.354	52.086
Comunicação	19.573	28.214
Seguros	19.242	20.567
Despesas de representação	2.257	715
Limpeza, higiene e conforto	7.547	5.162
Outros	3.358	6.182
Total	<u>267.307</u>	<u>240.797</u>

18 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, foram como segue:

	<u>31-12-2021</u>	<u>31-12-2020</u>
Remunerações		
Orgãos sociais (Nota 29)	37.524	133.523
Pessoal	257.564	185.000
Outros gastos	1.221	12.298
	<u>296.309</u>	<u>330.821</u>
Encargos Sociais		
Seguros	2.477	1.625
Encargos sobre remunerações	74.544	68.400
	<u>77.021</u>	<u>70.025</u>
Total	<u><u>373.330</u></u>	<u><u>400.846</u></u>

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o número de colaboradores ao serviço da Sociedade foi de 10 e 11 respectivamente.

19 Outros rendimentos

A rubrica "Outros rendimentos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 é apresentada como segue:

	<u>31-12-2021</u>	<u>31-12-2020</u>
Rendimentos suplementares	-	-
Rendimentos e ganhos não financeiros	-	7.956
Sinistros	-	-
Correcções relativas a exercícios anteriores	-	-
Outros	-	-
Total	<u><u>-</u></u>	<u><u>7.956</u></u>

20 Outros gastos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o detalhe da rubrica “Outros gastos” é conforme segue:

	<u>31-12-2021</u>	<u>31-12-2020</u>
Imposto do selo	18.639	13.245
Imposto automóvel	723	1.076
Taxas	400	1.500
Sinistros	-	-
Outros gastos	15.325	4.141
Abates de activos fixos tangíveis	-	-
Total	<u><u>35.088</u></u>	<u><u>19.962</u></u>

21 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	<u>31-12-2021</u>	<u>31-12-2020</u>
Gastos financeiros		
Juros financiamentos bancários	7.377	6.376
Juros depósitos à ordem	-	-
Juros empréstimos de accionistas	-	-
Outros	3.070	6.172
	<u><u>10.446</u></u>	<u><u>12.549</u></u>

22 Impostos Correntes

A composição do montante de imposto corrente reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

Descrição	<u>31-12-2021</u>	<u>31-12-2020</u>
Imposto sobre o rendimento corrente	(16.520)	(28.133)
Impostos diferidos	-	-
Total	<u><u>(16.520)</u></u>	<u><u>(28.133)</u></u>

O gasto de imposto sobre o rendimento no exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

Descrição		<u>31-12-2021</u>	<u>31-12-2020</u>
Resultado antes de imposto		54.432	149.856
Amortizações não aceites fiscalmente		15.281	15.281
Outros valores a acrescentar		1.539	8.595
Outros valores a deduzir		-	(15.750)
Lucro tributável		<u>71.252</u>	<u>157.983</u>
Taxa de imposto			
Limite materia colectavel 1	25.000,00	17,00%	17,00%
Limite materia colectavel 2	46.251,82	21,00%	21,00%
Colecta		13.963	32.176
Derrama (1,5% sobre lucro tributável)		1.069	2.370
Derrama Estadual (3% sobre lucro tributável > 1.500.000 €)	0,00	3%	-
Derrama Estadual (5% sobre lucro tributável > 7.500.000 €)	0,00	5%	-
Tributação autónoma		1.488	1.631
Imposto corrente		<u>16.520</u>	<u>36.177</u>
Benefício fiscal DLRR		-	8.044
Total do imposto do exercício		<u>16.520</u>	<u>28.133</u>

23 Remuneração do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração da MSE foram considerados de acordo com a NCRF 5 como sendo os únicos elementos "chave" da gestão da Empresa.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração, apresentam os seguintes valores:

	<u>31-12-2021</u>	<u>31-12-2020</u>
Conselho Administração		
Remunerações	37.524	133.523
Encargos Sociais	9.287	33.047
	<u>46.812</u>	<u>166.570</u>

24 Resultado por acção

O resultado por acção, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, foi determinado conforme segue:

	<u>31-12-2021</u>	<u>31-12-2020</u>
Resultado líquido	37.912	121.724
Número médio acções em circulação	50.000	50.000
Resultado por acção básico (Euros)	<u>0,76</u>	<u>2,43</u>

25 Acontecimentos ocorridos após a data do Balanço

A pandemia originada pelo COVID 19, veio trazer uma realidade extraordinária, a qual, obviamente teve impacto na nossa actividade, assim como em todas as áreas de negócio do tecido empresarial.

Na MSE Seguros mantivemos a empresa em funcionamento, com resposta aos clientes, de modo eficaz e com a qualidade habitual. Entre colaboradores em regime de teletrabalho em áreas administrativas e de back office e presencial, com as reservas e regras de segurança impostas, na área de atendimento directo ao público, não encerramos portas.

Aliás, pelas suas características, a corretagem de seguros foi uma das actividades considerada como devendo continuar a desenvolver o seu funcionamento habitual.

Para esta situação contribuiu em muito a tecnologia actual que disponibiliza meios de comunicação por vídeo e voz, os quais permitem manter a empresa em actividade.

Obviamente que os sectores mais afectados foram os de transportes de passageiros, nomeadamente, táxis e TVDE, que registaram uma quebra acentuada nas receitas habituais, embora nesta data apresentem já uma recuperação, também e, sobretudo, devida ao novo produto específico que foi criado para os Táxis em pleno período de confinamento.

Acresce a esta questão as moratórias que os seguradores disponibilizaram aos clientes, o que provocou um atraso significativo na entrada de receitas.

Consideramos que, não obstante a situação de pandemia provocada pelo COVID-19, é previsível que a actividade futura da empresa seja, naturalmente, afectada, mas estamos convictos de esta crise não colocará de modo algum em causa o princípio de continuidade da empresa.

Neste momento, não é viável quantificar de modo explícito o impacto da pandemia na vida económica e financeira da MSE Seguros, mas a administração tem a confiança e a convicção de que será capaz de atingir os objectivos que estabeleceu no curto prazo.

26 Divulgações adicionais para as entidades de interesse público

26.1 Honorários totais facturados durante o período por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas

Os honorários do Revisor Oficial de Contas RSM & Associados, SROC, Lda, relativos ao exercício de 2021 foram de 1.230,00 €.

26.2 Impostos em Mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças e a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

26.3 Proposta de Aplicação dos resultados do exercício de 2021

Os resultados de 2021 no montante 37.911,98 €, deverão ter a seguinte aplicação:

Resultados Transitados	37.911,98
Reserva Legal	0,00
Reserva especial de investimento	0,00

Aplicação dos Resultados Transitados irá servir de base à consolidação da sociedade, através da sua utilização na implementação dos processos em desenvolvimento no sentido de cimentar as bases de sustentação que permitem a evolução da actividade da MSE, SA.

27 Prestação do serviço de Mediação de Seguros ou de Resseguros para efeito do Art.º 4 da Norma Regulamentar nº 15/2009 de 30 de Dez.

a) Políticas contabilísticas adoptadas para reconhecimento das remunerações

A MSE, SA, reconhece a remuneração de acordo com as normas em vigor, sendo que, em particular e por regra, embora admita excepções no exercício da actividade de mediação de seguros, reconhece contabilisticamente o rendimento, aquando da prestação de contas às empresas de seguros.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e tipo

REMUNERAÇÕES (€)		
Por Natureza	31-12-2021	31-12-2020
Numerário	773.370,27	840.316,00
Espécie	0,00	0,00
Total	773.370,27	840.316,00

REMUNERAÇÕES (€)		
Por Tipo	31-12-2021	31-12-2020
Comissões	773.370,27	840.316,00
Honorários	0,00	0,00
Total	773.370,27	840.316,00

c) Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregados por “Ramo Vida” e “Não Vida”, e por origem:

REMUNERAÇÕES (€)		
Por Ramo	31-12-2021	31-12-2020
Não vida	770.687,36	835.290,33
Vida	2.682,91	5.025,67
Total	773.370,27	840.316,00

REMUNERAÇÕES (€)		
Por Origem	31-12-2021	31-12-2020
Empresas de Seguros	773.370,27	840.316,00
Outros mediadores	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00
Total	773.370,27	840.316,00

d) Níveis de concentração iguais ou superiores a 25%, das remunerações auferidas pela carteira:

Fidelidade (inclui IB) : 41.56%
 UNA : 29.17%

e) Valores das contas "clientes" no início e final do exercício, assim como o volume movimentado no ano, aplicável para os mediadores de seguros que movimentem fundos relativos a contratos de seguros;"

Valores das contas "Clientes"	31-12-2021	31-12-2020
	Valores do ano	Valores do ano
Saldo inicial clientes	61.354,44	81.197,35
Valor das apólices	773.370,27	840.316,00
Valor das apólices recebidas	-648.119,07	-860.158,91
Saldo final clientes	186.605,64	61.354,44

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem :

Saldo Contabilístico existente no final do exercício . (origem)	Por entidade	31-12-2021		31-12-2020	
		Outros créditos a receber	Outras dívidas a pagar	Outros créditos a receber	Outras dívidas a pagar
Tomadores de seguro, segurados ou beneficiários					
Empresas de seguros		186.605,64	53.875,17	61.354,44	15.665,26
Empresas de resseguros					
Outros		460.215,18	137.852,07	451.189,67	93.171,85
Total		646.820,82	191.727,24	512.544,11	108.837,11

g) Valores agregados incluídos nas contas a receber e pagar

Saldo Contabilístico existente no final do exercício . (origem)	Por entidade	31-12-2021		31-12-2020	
		Outros créditos a receber	Outras dívidas a pagar	Outros créditos a receber	Outras dívidas a pagar
Por Natureza					
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de(res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro.					
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro.					
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de (res) seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários (ou empresas de seguros) no caso da actividade de mediação de resseguros.					
Fundos em cobrança às empresas de seguros que respeitam a prémios de resseguro já transferidos pelas empresas de resseguro.					
Remunerações respeitantes a prémios de seguros já cobrados e por cobrar.		186.605,64	53.875,17	61.354,44	15.665,26
Outras quantias		460.215,18	137.852,07	451.189,67	93.171,85
Total		646.820,82	191.727,24	512.544,11	108.837,11

h) Análise da idade das contas a receber vencidas à data de relato mas sem imparidade e das contas a receber individualmente consideradas com imparidade, bem como os factores que o mediador de seguros ou de resseguros considerou na determinação dessa imparidade;

Não foram registadas imparidades no presente exercício.

i) Garantias colaterais

Sem aplicação durante o exercício.

j) Transmissões de carteiras de seguros

No exercício não se efectuou nenhuma a transmissão de carteira.

k) Contratos cessados com empresas e indemnizações de clientes

Sem aplicação durante o exercício.

l) Natureza das obrigações materiais, incluindo passivos contingentes

Sem aplicação durante o exercício

m) Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações

Por seguradora	31-12-2021		31-12-2020	
	Quota %	Valor	Quota %	Valor
Fidelidade (inclui IB)	40,96%	316.810,78	57,50%	483.172,01
UNA	27,70%	214.192,61	7,34%	56.736,06
Zurich	4,75%	36.724,78	5,25%	40.604,03
AGEAS	10,01%	77.382,27	9,59%	74.151,13
Total	83,42%	773.370,27	79,67%	840.316,00

n) Outras quantias com indicação da sua natureza

Não existem outras quantias a mencionar.

28 Partes Relacionadas

O detalhe das Partes Relacionadas dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

Partes relacionadas	31-12-2021		31-12-2020	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
JONUVI - Participações e Consultoria, SA.	41.849	-	41.849	-
MSE Imobiliária	121.112	-	106.926	-
	<u>162.961</u>	<u>-</u>	<u>148.775</u>	<u>-</u>

Lisboa, 18 de Maio de 2022

O Contabilista Certificado

Ligeia Beata Poitth

A Administração



RSM & Associados - Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)
T: +351 21 3553 550 **F:** +351 21 3561 952 **E:** geral.lisboa@rsmpt.pt
Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto
T: +351 22 2074 350 **F:** +351 22 2081 477 **E:** geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

- Exercício de 2021-

Senhores Acionistas,

1. No cumprimento das disposições legais e do contrato da Sociedade, o Fiscal Único da «MSE - Corretores e Consultores de Seguros, S.A.», no exercício das suas competências, após ter procedido à análise do Balanço, da Demonstração dos Resultados e dos demais elementos de prestação de contas, preparados pela Administração, que acompanhavam o Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2021, vem apresentar o seu Relatório sobre a ação fiscalizadora desenvolvida e dar parecer sobre esses mesmos documentos de prestação de contas.
2. Em documento separado, na qualidade de Revisor Oficial de Contas, procedeu à elaboração da Certificação Legal das Contas, parecer que deve ser tomado como parte integrante deste Relatório.
3. No seu Relatório de Gestão a Administração refere a forma como se processou a atividade da Sociedade ao longo do exercício, devendo ser destacado:
 - A Redução do Volume de negócios, em cerca de 8%, face ao exercício de 2020;
 - O cash flow gerado no exercício, de 71 mil euros.
4. Face ao exposto, o Fiscal Único é de

PARECER

- a) que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2021 apresentadas pela Administração;
- b) que seja deliberado sobre a proposta de aplicação do Resultado Líquido do exercício, de 37.912 euros, apresentada pela Administração;
- c) que se proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e dela tire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 18 de Maio de 2022

O FISCAL ÚNICO



Joaquim Patrício da Silva
(ROC nº 320)
em representação de
RSM & Associados - SROC, Lda
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, nº 21

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING

RSM & Associados – Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)

T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt

Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto

T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de MSE – Corretores e Consultores de Seguros, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2021 (que evidencia um total de 1.307.515 euros e um total de capital próprio de 453.053 euros, incluindo um resultado líquido de 37.912 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de MSE – Corretores e Consultores de Seguros, S.A. em 31 de Dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING



- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'AX', is located in the bottom right corner of the page.

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 18 de Maio de 2022

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'JPS'.

RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA
representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC nº 320)